

**CONVIVALIDADE:  
RESPOSTA DA CONSCIÊNCIA À DIVERSIDADE UNIVERSAL  
- META & MÉTODO NA EDUCAÇÃO<sup>1</sup>**

Ralf Rickli<sup>2</sup>

Sou grato pelo convite a participar deste V Encontro Estadual de Educação Ambiental, e em especial por ter sido precisamente para esta mesa, “Educação Ambiental nas Diversidades”, pois seu recorte temático faz convergirem três frentes de reflexão e atuação – Ecologia, Educação, Direitos Humanos – que estiveram, cada uma delas, no foco central do meu trabalho em uma diferente década. De certa forma, então, esta mesa me oferece a oportunidade de reintegrar peças da minha própria vida.

Perdoe-me quem julgar que essa é uma observação excessivamente pessoal para um encontro científico, mas – como defendi num trabalho de 2006 que chamei de *O coração do ensinar-e-aprender como chave para o aprender-a-ensinar* – acredito que a efetividade em educação depende de que, por um lado, o educador sinta o tema de que trata como *um pedaço da sua própria vida* – e, por outro, de que surja um clima de *cumplicidade humana* no CONVÍVIO entre educador e alunos, o que não se atinge sem certa medida de compartilhamento recíproco de suas *substâncias biográficas*. Em forma e medida adequadas, a personalidade não é uma concessão e sim um elemento metodológico decisivo em educação.

**I – Diversidades naturais e respostas culturais**

Toda cumplicidade humana envolve contar histórias, e, como ponto de partida das considerações que quero compartilhar com vocês, vou contar a que ouvi de um professor do Programa de Desenvolvimento Rural no Emerson College, Inglaterra, em 1980. Peço desculpas por não ter referências do *quem, onde e quando* dessa história, pois naquela época eu ainda não havia entendido que é indispensável, para um uso científico, que as histórias sejam referenciadas.

*Um grupo de pesquisadores de orientação ecológica teria se proposto a identificar quais seriam as práticas agrícolas mais adequadas para tirar um determinado lugar da África tropical da penúria em que se encontrava. Depois de muita pesquisa, apresentaram aos moradores do local a proposta de um sistema de consorciação multinível: uma variedade de plantas menores cultivadas entre arbustos produtivos de médio porte, e estes por entre árvores maiores que protegessem o conjunto do impacto excessivo do sol e da chuva tropicais. Nesse ponto os moradores teriam respondido: “pois era exatamente assim que a gente plantava antes de vocês terem vindo da Europa e nos obrigado a derrubar as árvores e arar a terra”.*

Aqui cabe observar: nas regiões frias da Europa e Ásia, o arado havia sido um instrumento de superação da fome: ao virar e expor ao sol a terra congelada, ao final do inverno, permitia ganhar preciosas semanas no cultivo dos cereais de que aqueles povos dependiam. Falava-se de um enviado dos céus penetrando a terra com seu *arado de ouro*, simbolizando os raios do sol. Tratava-se então de uma *resposta cultural* a um determinado ambiente, a qual, num ato de *etnocentrismo*, foi entendida como verdade de validade universal pelo povo que a formulara, e transportada para outro ambiente – mas a resposta que havia gerado vida no ambiente original, no outro ambiente gerou apenas morte e destruição.

---

<sup>1</sup> Texto encaminhado em abril de 2015 para publicação nos Anais do V Encontro Estadual de Educação Ambiental do Espírito Santo (no prelo), evento realizado em Vitória de 12 a 15/11/2014.

<sup>2</sup> Pedagogo e escritor. Na década de 1980 trabalhou no Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, em Botucatu (SP). Nos anos 90 fundou, junto com jovens da periferia de São Paulo, a *Trópis iniciativas socioculturais*, na qual desenvolveu as propostas da Pedagogia e Filosofia do Convívio. Atua desde 2011 como Especialista em Desenvolvimento Humano e Social na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Espírito Santo.

Notem agora quantas *diversidades* estão envolvidas nessa história:

1. diversidade das formações geológicas e dos ângulos de insolação (decorrentes das latitudes); poderia incluir também a diferença entre situação litorânea ou continental, entre outras;
2. diversidade de solos e climas, surgidos na interação dos “fatores abióticos” acima com os “fatores bióticos” a seguir;
3. diversidade da flora e fauna vinculadas aos fatores acima;
4. diversidade das respostas humanas a esses fatores todos – que, na medida em que se tornam sistemáticas, devemos chamar de respostas *culturais*.

Permitam-me mencionar ainda mais uma diversidade, embora não essencial na história acima: na pele humana, as células de melanina se comportam de modo um tanto análogo a árvores cuja sombra protege o material genético das outras células do impacto da radiação solar. Nesse sentido, poderíamos comparar a pele negra a uma floresta, a pele morena a uma savana, e a pele branca a uma estepe, mais adequada lá onde os raios solares são escassos e precisam ser aproveitados ao máximo. A história acima também poderia ter acontecido entre populações ameríndias ou polinésias, por isso disse que neste caso isto não é essencial – mas não quis deixar de compartilhar essa analogia entre pele e vegetação porque me parece bonita inspiradora e possivelmente útil em outros momentos.

## II – Natura, cultura, *phýsios*, *nómos*

Essencial para nós, no momento, é o quarto nível mencionado acima: o das *respostas culturais aos fatores naturais*.

Ao dizer isso estamos automaticamente fazendo uma distinção entre *natureza* e *cultura* – distinção que há quem considere indevida. “O ser humano também é parte da natureza”, dizem. Para discutir isso a fundo seria necessário começar com uma investigação sobre o conceito de natureza – em latim, *natura*, que significa apenas “o jeito com que as coisas nascem”, analogamente a *factura*, feita: “o jeito com que as coisas são feitas”.

Mas não vamos nos aprofundar nisso agora: baste dizer que, mesmo o ser humano sendo parte da natureza, é uma parte que tem características específicas, diferentes das dos outros seres que a compõem. E mesmo se todos são diferentes entre si, como não nos caberia uma atenção especial às características da espécie de que *nós mesmos* somos parte? No mínimo para nos responsabilizarmos pelas consequências da nossa ação específica dentro da natureza, precisamos reconhecer e assumir a nossa especificidade!

Não é supérflua, portanto, a distinção entre *natural* e *cultural*. Podemos tentar caracterizá-la dizendo que *natural* é tudo o que precedeu o ser humano na Terra, ou que se desenvolveu paralelamente a ele, independente da sua atuação, e *cultural* é tudo o que decorre da atuação humana. Isso é *extremamente* simplificado – e sem dúvida seria possível apontar casos complexos que desafiam essa definição – mas é o bastante para os nossos fins no momento.

Complementando, vale a pena observar a palavra que usamos para a atividade humana que, ao ir além da mera coleta do que se encontra na natureza, propiciou o desenvolvimento dos demais níveis da cultura por nos fornecer o superávit de energia que nos permite irmos além da mera sobrevivência: *agri-cultura*. Aí vemos a ação caracteristicamente humana (cultura) voltar-se para a própria natureza (*agri*, *agrós*, *agreste*) e interagir com ela.

Esse par de palavras latinas (*natura-cultura*) tem um análogo grego que nos leva um pouco adiante: é a distinção entre *phýsios* – o mundo que está perante nós como um dado prévio, cujas “leis” não fomos nós que fizemos (“leis” – ou melhor: regularidades – estudadas não apenas na *física* mas também na *fisiologia*) e *nómos*, a ordem institucional, constituída por normatizações dos procedimentos humanos por iniciativa humana.

### III – Mas a natureza não basta?

Na “Apologia” – o texto de Platão que relata o discurso com que Sócrates teria se defendido perante o tribunal – vemos o filósofo perguntar a um cidadão ateniense mediano, que o acusava: “o que é que tem o poder de tornar os jovens melhores – melhores pessoas, melhores cidadãos”, e este responde: “as leis” (*oi nómoi*). Sócrates sairia dali condenado injustamente, por ação desses mesmos cidadãos que diziam acreditar na virtude melhoradora das leis. Não é a toa que muitos questionem se a institucionalidade humana não é uma desgraça, se não seria melhor desistir dela e simplesmente “submeter-se às leis da natureza sábia”.

Aparentemente, Rousseau chegaria a apontar nesse sentido: “o homem é *naturalmente* bom, ... a sociedade deprava e perverte os homens”. No entanto, o que esse mesmo Rousseau propõe para a sociedade é “o contrato social” – sua proposta de *aperfeiçoamento* das instituições humanas, não de abolição. Quer dizer: nem ele romantizava tanto a ideia de natureza quanto se costuma sugerir.

Há uns anos escrevi uma fábula para explicar o *equilíbrio natural* a adolescentes: chama-se “Assembleia Geral na Mata do Ingá”. A assembleia foi convocada pelos herbívoros que, cansados da perseguição pelos carnívoros, propunham a expulsão destes. As plantas reagiam horrorizadas dizendo que, sem os carnívoros para controlar as populações de herbívoros, seria certo o seu fim. Os debates prosseguem com várias propostas de expulsão que sempre se demonstram inapropriadas, até que a onça comenta:

– Bem... ao que parece, é quase impossível pensar em expulsar alguém daqui. Por mais inútil que um sujeito pareça à primeira vista, no fim sempre tem alguém que precisa dele...

– o que, embora expresso em termos cínicos, parece uma conclusão de perfeito bom-senso. Mas logo depois de a coruja (como sempre) extrair a moral da história, a onça, realisticamente, encerra a sessão nos seguintes termos:

– Da minha parte, nunca mais vou pensar em eliminar uma espécie inteira. Agora, quanto a alguns indivíduos...

Fez uma pausa colocando uns olhos gordos nas capivaras, e aí concluiu:

– Ora, os senhores hão de convir que é minha função!

E arreganhando os dentes:

– Vou contar até dez, e estará terminada a reunião!

Como podem imaginar, foi a maior correria pra todo lado... e a vida voltou ao normal na Mata do Ingá.

Foi só ao reler a história que eu mesmo reparei na expressão que havia usado para concluir: “a vida votou ao normal”. Levei um susto. Não que isso não seja o normal na natureza: ela de fato chega ao seu equilíbrio “no atacado”, através dos grandes números, sem dar a mínima consideração ao “varejo” do sofrimento ou bem-estar individual. Uma rainha que governa apenas por estatísticas, sem olhar os rostos dos súditos, poderíamos dizer.

Mas nós seres humanos temos via de regra uma sensibilidade à qual isso *ofende* – sensibilidade essa que alguns, que a tiveram desativada por fatores externos ou optaram voluntariamente desativá-la, acusam de ser “frescura”.

Mas estará errada a nossa sensibilidade que, ao se alimentar, se preocupa se sobrá o suficiente para o irmão que vai chegar depois?

A sensibilidade que nos leva a preservar a vida e tentar gerar condições dignas para as crianças nascidas com deficiências graves?

Nesses casos, o *natural não humano* é “não dar a mínima”: é deixar ficar com fome, é deixar morrer. Pode haver exceções – casos comoventes filmados e postados na internet – mas

não devemos nos iludir que esses casos expressem a tendência predominante da natureza. Na verdade são exceções raras numa natureza em que predomina “a razão da onça”.

Neste ponto é inevitável observar que a proposta de usarmos a natureza como critério para a vida social é feita geralmente por membros das classes mais favorecidas. Ouvi *literalmente* de um engenheiro europeu, proprietário de indústria em São Paulo, em conversa num pequeno círculo depois de uma boa palestra de seu jovem filho sobre a problemática ambiental: “*Mas não podemos esquecer que o homem é por natureza um predador*”.

Autores recentes – como a bióloga Lynn Margulis, entre outros – têm apontado que as relações de cooperação foram mais decisivas para a evolução que as relações de competição. O evolucionismo só teria adquirido o conhecido tom de justificação do suposto “direito do mais forte” porque as descobertas de Darwin foram expressas e lidas no auge da orgia de exploração humana que foi a Revolução Industrial.

O próprio Darwin tinha uma inclinação humanista que o levou a, horrorizado, dizer que jamais voltaria a pôr os pés num país onde houvesse escravidão – isso depois de assistir o açoitamento de escravos *aqui*, no nosso querido Brasil...

Desse modo, é injusta antes de tudo com o próprio Darwin a expressão “darwinismo social”, usada para designar a ideologia que busca justificar a dominação inter-humana com uma leitura parcial e enviesada da evolução natural – o que eu diria que é uma das pistas falsas com que temos que tomar cuidado, ao entrarmos pelo campo da Educação Ambiental.

Outra pista falsa é o que eu tenho chamado de *ecofascismo*: o discurso de que a natureza é “tudo de bom” e o ser humano é um lixo, uma desgraça a ser eliminada. Que o melhor que pode acontecer para o universo é que a nossa espécie venha logo a se extinguir. Pode parecer que estou exagerando, mas de fato tenho ouvido falas assim, especialmente de pessoas com formação biológica – o que me faz pensar na necessidade de incluir elementos complexificantes de natureza humanística – filosófica, psicológica, antropológica, artística – nos cursos de formação nessa área.

#### **IV – Um passo natural para além da natureza**

Pegando o touro pelos chifres: justamente se somos parte da natureza, a sensibilidade humana diferenciada *também* o é. E, sendo assim, devemos considerar que tenha surgido através da evolução.

Essa proposição com certeza ainda precisa ser refletida e pesquisada a fundo, mas creio que já podemos apostar que ela surge no cruzamento de duas capacidades de que somos dotados biologicamente: a capacidade de *consciência* (e mais particularmente de autoconsciência) e a capacidade de *empatia* (sentir em si um reflexo do que o outro sente).

A esta altura, as bases neurológicas da empatia já estão demonstradas com grande consistência (ver p.ex. Baron-Cohen 2011). A autoconsciência, por sua vez, provavelmente será sempre o mais misterioso dos fenômenos do ponto de vista filosófico, mas as bases biológicas que permitem sua manifestação também já não são mistério.

É a *consciência empática* do ser humano que o inclina a responder à experiência do mundo, tantas vezes áspera, concebendo a ideia de que a minimização do sofrimento e a otimização do bem-estar sejam um *direito universal*.

Junte-se a isso que as demais capacidades executivas, que nos são facultadas pela evolução do córtex cerebral pré-frontal, nos capacitam a atuarmos como *modificadores da realidade conscientes*; nos dão a possibilidade de sermos co-criadores da realidade não de modo automático como os animais que geram os corais, e sim fazendo escolhas ao longo de um processo reflexivo – ao qual a *consciência empática*, quando ativa, acrescenta naturalmente o *senso de responsabilidade pelos efeitos da nossa atuação*.

Ao desejarmos tornar o mundo melhor e agirmos para isso, estamos *realimentando o processo de evolução de que somos fruto*, exercendo a capacidade conquistada de sermos *agentes voluntários da evolução*.

Cabe observar aqui que, embora eu esteja dizendo isso com formulações próprias e informadas com dados que só se tornaram disponíveis no início do século XXI, esta concepção já habitava os filósofos existencialistas de meados do século XX, *inclusive o nosso Paulo Freire*, mundialmente reconhecido não como o autor de um método, e sim como um dos maiores filósofos da educação que já existiram, talvez o maior. É deste campo que Paulo Freire trata quando fala, em diferentes textos, de *hominização* e de *humanização* – duplicidade de palavras cuja análise seria interessante mas não cabe aqui. Sugiro enfaticamente, a quem ainda não leu, a leitura de seu ensaio *O papel da educação na humanização* (Freire, 1969).

#### **V – Nómos: em busca de uma fundamentação convincente**

Na medida em que criamos na realidade novos campos de possibilidades que não estavam contidos na realidade que nos precedeu (a realidade natural), como poderíamos esperar que os (digamos assim) protocolos daquela realidade anterior fossem suficientes para nos orientar no desfrute desses novos campos? É evidente que ao criá-los ganhamos também a responsabilidade de analisá-los e, caso necessário, fixar critérios e limites para seu uso: *nómoi*.

Mas há complicantes: boa parte da “realidade extra” já foi criada antes do desenvolvimento mais refinado da consciência empática. Além disso, nem toda a humanidade participa no momento de abertura de um novo campo – por exemplo, a internet – mas, não sendo impedida, logo passa a ocupá-lo e utilizá-lo. E com a velocidade com que isso passou a se dar, como fazer as *normas de uso* serem aceitas ao mesmo tempo em que se adquire a *capacidade de uso*? Como conseguir que se reconheça *alguma autoridade* nessas normas?

Hoje a maior parte da humanidade sabe muito bem, na prática, que consegue agir sem levar em conta o que a natureza “diria”. Por outro lado, mesmo se de modo parcial, grande parte leva em conta o que tem sido apresentado, ao longo de milênios de história, como orientações reveladas por Deus ou por deuses – mas com a facilidade de comunicação também já ficou patente que as alegadas revelações são múltiplas e muitas vezes contraditórias, de modo que cada pessoa escolhe por seus próprios critérios qual “critério universal revelado” quer adotar.

O iluminismo do século XVIII desprezava a natureza como caótica e bruta, e celebrou “a razão” como critério suficiente para a humanidade – mas, talvez até por desconsiderar o quanto de irracional continua vivendo em nós, seu projeto *não* se mostrou suficiente.

Hoje vivemos em Estados organizados por critérios desenvolvidos pelos filósofos daquela época, e não vemos que sua organização dê conta da complexidade da realidade. As leis adotadas dentro de cada unidade de organização política (municípios, estados, países) bem como entre elas (convenções internacionais) retiram sua autoridade *unicamente do fato de serem convenções*: uma porção de gente se reuniu, discutiu, e convencionou que vai ser assim. Ora, a maior parte das pessoas sente isso como arbitrário, sem fundamento: não consegue ver autoridade num “mero” acordo entre irmãos: ainda está ancestralmente condicionada em só reconhecer autoridade em algo que veio antes: uma mãe – como a natureza – ou um pai, como foi apresentado Deus. (Ver, a propósito, a notável obra de Herbert Marcuse, que desenvolve as consequências políticas do pensamento de Freud. É um absurdo um autor da grandeza de Marcuse estar esquecido, desbancado por modismos intelectuais muito menos consistentes).

Portanto não é de estranhar que a humanidade, como conjunto, esteja mergulhada em *anomia* – ausência de *nómos*, de normatizações aceitas consensualmente – e isso justamente no momento em que poderes técnicos suficientes para arrasar o mundo se encontram concentrados nas mãos de uma minoria que professa publicamente todos os dias sua fé na validade da pré-humana “lei da onça” – quer dizer, lei do mais forte.

Eu diria que, percebendo isso ou não, a humanidade tem mais carência neste momento de *uma referência comum* que de qualquer outra coisa. Uma tal referência teria que ser suficiente-

mente aberta para ser aceita consensualmente pelas mais diferentes culturas, e de vantagens tão autoevidentes que afastassem automaticamente o questionamento da sua autoridade.

Ainda assim, haveria imensa vantagem caso se conseguisse alinhar esse *nómos* – essa referência intraespecífica da humanidade – com algum fato decisivo do mundo extra-humano, que servisse de endosso à sua validade. Pois, em última análise, talvez tenhamos consciência de que somos um grão de areia no cosmos.

Mas já vimos que o mundo biológico não nos serve para isso: até hoje, tudo o que se extraiu dele nesse sentido foi reforço para a “lei da onça” – à parte o fato de ser, também ele, apenas um grão de areia no cosmos.

No entanto, ao longo do século XX começou-se a perceber que nas novas descobertas da *física*, em particular da *cosmologia física*, se revelavam princípios que talvez pudessem servir de inspiração também no enfrentamento das questões internas da espécie humana.

Voltou, com isso, o sonho de uma reintegração ou pelo menos harmonização entre *nómos* e *phýsios*, desta vez com um alcance ainda mais universal.

Ignoro se alguém já tentou fazer um levantamento de tudo o que se tem pensado nesse sentido desde o início do século XX – pelo menos desde o “ABC da Relatividade” de Bertrand Russell – e não é aqui o lugar de tentar essa empreitada. Quero mencionar apenas uma tentativa recente: a de Edgar Morin em seu “O Método 6 – Ética”, de 2004, o qual contém uma sessão intitulada “Retorno às fontes cósmicas”. Embora eu sinta que minhas próprias buscas me levam para muito perto de Edgar Morin em muitos pontos, me permitam dizer que, no meu ver, ele falhou redondamente em sua tentativa de conectar cosmologia e ética. Mas respeito o fato de haver tentado por expressar a consciência da relevância de conseguir estabelecer tal conexão. (Morin 2005)

## VI – A convivialidade como critério universal

Nossa própria tentativa não começou com uma busca abstrata no mundo das ciências, e sim com o reconhecimento das qualidades do fenômeno chamado **convívio**, dentro de um cotidiano de trabalho prático com jovens da periferia de São Paulo, na década de 1990. Foram os olhos sensibilizados por essa vivência que subitamente reconheceram, no discurso da cosmologia física atual, elementos análogos aos que acabavam de ser identificados no campo social. (Vivenciei essa empreitada como um processo coletivo em tal medida, que não consigo falar dela na primeira pessoa do singular; permitam-me, portanto, mudar para o plural neste capítulo e no próximo).

Desde então já disponibilizamos na internet mais de seiscentas páginas de texto sobre a proposta do *Convivialismo* – o conjunto de *Filosofia e Pedagogia do Convívio* – de modo que tudo o que cabe aqui é um resumo de alguns pontos centrais.

Observo que os termos *convivial* e *convivialidade* já haviam sido usados por Ivan Illich na década de 1970. Há bastante harmonia entre nossas concepções e as de Illich, mas não são idênticas, nem as nossas derivam das suas.

Consideramos o conceito de convívio aplicável às seguintes dimensões, níveis ou campos:

- **cosmológico** – *phýsios* – apenas referência de viabilidade, não “lei”
- **interespecífico** – interface *phýsios-nómos*: ecológico, ambiental
- **inter-humano** – *nómos*: social, político, econômico, nas escalas *micro, meso e macro*
- **intra-humano** – interface *nómos-phýsios*: psicológico

Começamos pelo nível cosmológico, onde a referência fundamental é a interação constante entre as forças expansivas (atribuídas ao *big bang*) e as forças contrativas da gravidade. Transcrevemos aqui do nosso texto provocativamente intitulado *Uma pequena cosmologia físico-poética política e amorosa*, de 2008:

Um pouquinho mais de gravidade, e tudo se acabava numa união tão densa que nenhum ser teria chance de existir.

Um pouquinho mais de expansão e, tudo se afastaria tanto que só restaria um vazio...

E se expansão e gravidade estivessem equilibradas com exatidão?

Então não teríamos um mundo equilibrado: teríamos **nada**.

**Existir é gingar permanentemente entre duas possibilidades de desequilíbrio.**

Existimos enquanto dura a dança. *Somos* a dança.

Mas a dança só existe se houver dois impulsos opostos brincando de acabar um com o outro, e nunca acabando de fato.

Não trataremos sistematicamente dos outros níveis: apenas alinhavaremos algumas observações sobre diversos aspectos da concepção convivial, sem ordem rígida:

1. A Filosofia do Convívio é necessariamente uma Filosofia da Pluralidade, da Diversidade e da Interação: a conceituação mais simples do convívio é “*diferentes vivendo lado a lado sem forçar redução das diferenças*”.



2. Diferenças humanas *podem* vir a se reduzir pela interação, desde que voluntária por parte de todos os envolvidos: diferente da interação automática das forças físicas, a interação humana só é saudável quando voluntária.
3. “Diversidade” *não* se refere a desvios de uma forma que seria o “padrão correto”: a diversidade *é* o padrão. A forma que se costuma julgar padrão é apenas uma das formas diversas, ainda se for numericamente majoritária.
4. A evolução se dá por diferenciação (*diversificação*), e só pode ser diverso o que for *plural*. A redução à unidade (por fusão ou exclusão de partes) é processo *destrutivo*, e não criativo. *Integração* é um conceito excelente – mas é preciso cuidado com a palavra “união”.
5. A redução à *uniformidade*, ainda que mantendo a pluralidade, é igualmente perigosa. Células cancerosas são uniformes, células saudáveis têm variações entre si. No ambiente, monoculturas são tecidos doentes, e as ditas “*pragas*” são tentativas de restaurar a saúde do lugar.
6. A diversificação evolutiva não implica necessariamente em ruptura entre as partes que se diversificaram. Via de regra há permanência de algum tipo e nível de vínculo, de articulação, e é assim que se constituem os *sistemas* – palavra de origem grega onde o elemento *si-* é redução de *syn-* (“com”, “junto”).
7. Expandida ao máximo, a noção de sistema se torna a de *uni-verso*: a aposta em que todas as coisas conhecidas e desconhecidas não deixam de constituir uma grande unidade, ao mesmo tempo em que não deixam de ser diversas. Mas não é obrigatório acreditar em universo, palavra que muitos cientistas abominam. Sistemas, no plural, são uma realidade autoevidente. A ideia de *um* sistema universal é uma aposta, um ato de fé – e portanto só pode ser opcional.
8. A palavra latina *plural* é redução da forma anterior *polural*, onde é evidente o parentesco com o grego *pollá* = “muitos”. A ideia está implícita também em *pólis*, palavra

grega que designa menos a cidade (como se costuma pensar) do que a *sociedade* que constitui uma cidade ou outra unidade *política* – outra palavra da mesma família. Seja em nível micro (pares, famílias), meso (organizações, cidades) ou macro (a comunidade internacional) as relações dentro de qualquer pluralidade humana são por definição *relações políticas*.

9. A forma humana por excelência de interação é o *diálogo* – categoria central no pensamento de Paulo Freire, na forma de uma *ética dialógica* ou *dialogismo ético*. Numa Pedagogia do Convívio, o estudo das condições para o diálogo é necessariamente um capítulo central.
10. Quanto à dimensão “intra-humana”: trata-se de atingir o convívio adequado entre as diferentes forças psíquicas que vivem em cada um de nós, sem supressão nem neutralização de nenhuma delas – p.ex., aquilo que se costuma referir metaforicamente como “razões da cabeça, do coração e do corpo”. Refere-se igualmente ao reconhecimento da *sensação* e da *análise* como dois braços imprescindíveis na realização da cognição (teoria convivial do conhecimento – ver Rickli 2012); ou, em termos neurológicos, as três camadas do “cérebro triúno” na conceituação de Paul MacLean: cérebro reptílico (sede dos instintos primários), sistema límbico (sede das emoções) e córtex (sede das capacidades analíticas e executivas).
11. A diversidade comporta *quase* tudo dentro de si, mas não pode comportar ataques à sua própria natureza. Um lado que vise a suprimir o outro pretende deixar de ser lado, pretende tornar-se o todo – e será necessariamente um todo degradado em relação ao anterior, que era mais diverso. Sendo assim, defender a diversidade de ataques não é apenas um direito, é um dever para com o todo. Este, no entanto, é provavelmente o capítulo mais espinhoso para qualquer tentativa de pensamento político ético.

## VII – Meta e Método em educação

A primeira definição que esboçamos para a Educação Convivial (um nome possível para a prática da Pedagogia do Convívio) foi: *educação para o convívio, no convívio e pelo convívio*. Essas nove palavras já deixam claro que o convívio aqui é ao mesmo tempo *meta* e *método*.

Não cabe aqui desenvolver esse ponto *in extenso*; baste apontar que a educação *precisa* ser antes de mais nada *para* o convívio para que este possa ter continuidade adequada, e os demais aprendizados possam acontecer. De Aristóteles a Vygotsky, fica claro que o ser humano é um ser convivial (*zôon politikón* pode ser traduzido assim) e que sequer se torna humano sem o convívio com outros humanos.

Observe-se ainda que, levados em conta os campos ou níveis do convívio apresentados mais acima, *tanto uma Educação Ambiental quanto uma Educação em Direitos Humanos são automaticamente formas de Educação para o Convívio*. E, se continuarmos pensando, quantas disciplinas mais poderiam ser vantajosamente integradas com essa noção?

Mas seria possível aprender a conviver bem, sem ser através de um bom convívio? Como ouvimos do Prof. Dr. Marcos Ferreira Santos, na Faculdade de Educação da USP: “Não aprendemos a fazer o que nos dizem: aprendemos a fazer o que *nos fazem*”.

Estamos conscientes de que isso faz a ideia de Educação Convivial ser um absoluto desafio, dentro do sistema escolar. Como escrevemos no mesmo artigo: “Em termos de relações humanas, a escola que conhecemos (considerados aí os alunos, professores, direção, funcionários, e ainda os pais e o resto da comunidade) costuma ser um trágico anti-modelo.” (Rickli 1999)

Porém é certamente um desafio que vale a pena começar a enfrentar!

## Epílogo: LIÇÕES DE UM MITO AFRICANO

A diversidade só pode ser suficientemente apreendida por um *pensamento complexo* – no sentido que essa expressão tem em autores como, por exemplo, Edgar Morin (2000). É urgen-

te que a nossa educação – sobretudo a formação de educadores – passe a investir no desenvolvimento de um pensamento capaz de apreender e operar com a complexidade.

Há um mito iorubá que é provavelmente o mais conhecido dos que se referem ao orixá Exu – que não tem nada a ver com o diabo da tradição judaico-cristã, ao contrário do que frequentemente se pensa. Exu simboliza a força mediante a qual a realidade física veio a existir (não um criador: um executor, ainda que com bastante autonomia), e não é mau: é *complexo*. Isso é representado em seu capuz que de um lado é preto, do outro é vermelho (cores que, mais uma vez, não devem ser interpretadas segundo o “dicionário” das tradições ocidentais). O mito em si é brevíssimo:

Dois agricultores vizinhos, grandes amigos, estavam cada um a cultivar o seu campo, quando Exu passou caminhando pela divisa, entre os dois. Dali a pouco um dos amigos perguntou ao outro: “Você conhece aquele homem de capuz preto que passou por aqui?” – ao que o outro respondeu: “Mas não passou nenhum homem de capuz preto por aqui; passou um homem de capuz vermelho”. “De vermelho é que não passou. Eu vi muito bem, e o único que passou tinha um capuz preto”. “Como pode ter visto bem, se *eu* vi muito bem, era vermelho, e eu não sou doido”. “Quer dizer que *eu* sou doido, então? Estou vendo que você está mentindo só para me ofender!” “Eu, mentindo? Mentiroso é você! Mentiroso e mau caráter...” – e foram se exaltando cada vez mais, até que cada um atacou o outro com sua foice, e morreram os dois.

A primeira vez que eu li esse conto, era totalmente “cru” em entendimento de mitos, e pensei que ele confirmava a ideia corrente de que Exu fosse o diabo: “que maldade, armar uma tapeação dessas só para destruir uma amizade e provocar uma tragédia”. Também li uma vez uma interpretação mais religiosa do que mitológica, que não me parece fazer justiça ao conto: Exu teria agido assim para castigar os dois amigos por não terem cumprido suas obrigações rituais.

Até que me deparei com a expressão “paradigma Exu” no livro *Filosofia da Ancestralidade*, de Eduardo Oliveira, e, refletindo sobre de que forma Exu poderia representar um *paradigma* – um sistema de leitura da realidade – me veio o estalo de que ele pode ser mais um nome para o já anteriormente conceituado *paradigma da complexidade* (isso já foram pensamentos meus, não sei em que medida o Prof. Dr. Oliveira concordaria).

De qualquer forma, entendi que, ao contrário de enganar os lavradores, a tragédia aconteceu justamente porque Exu *não* os enganou: colocou entre eles a realidade como é, complexa, com sua diversidade até mesmo entre as diferentes manifestações de um mesmo ser. Eles não foram vítimas de Exu e sim de sua própria rigidez egocêntrica: sua incapacidade de admitir que uma visão diferente da sua também pudesse estar certa. Enfim: de seu *pensamento hipocomplexo* (como costumava dizer nosso notável professor José Carlos de Paula Carvalho).

Extraia daí – e sendo um mito é válido que qualquer outra pessoa extraia outra coisa – um apelo pela urgência de educarmos (antes de tudo a nós mesmos) para a compreensão, já de início, de que nossa visão é sempre parcial; que jamais poderemos ter noção de como as coisas são sem recorrermos também a outras visões, a partir de outros ângulos. Educarmos para o entendimento de que o saber humano é construção coletiva, e também para isso o convívio é imprescindível.

Talvez possamos dizer que a complexidade – da qual a diversidade faz parte – é a verdadeira esfinge: “leva-me em conta ou eu te devoro”.

#### INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

BARON-COHEN, Simon. *The science of evil: on empathy and the origins of cruelty*. New York: Basic Books, 2011.

FREIRE, Paulo. *Papel da educação na humanização*. Publicado originalmente em Revista Paz e Terra. São Paulo, N. 9, p.123-132, out. 1969. Disponível em <https://tr.im/FreireHumaniza>

MORIN, Edgar. *O método 6 – Ética*. Porto Alegre: Editora Meridional/Sulina, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na Filosofia da Educação brasileira*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

#### **ALGUNS TRABALHOS DO AUTOR RELACIONADOS COM A APRESENTAÇÃO**

Disponíveis em <http://www.tropis.org/biblioteca> – Contato: [ralf.r@tropis.org](mailto:ralf.r@tropis.org)

- *Assembleia Geral na Mata do Ingá* (1994)
- *A proposta de uma Educação Convivial e a nossa Oficina de Conhecimento & Artes* (1999)
- *Pedagogia do Convívio: na invenção de um viver humano* (2006)
- *O coração do ensinar-e-aprender como chave do aprender-a-ensinar* (2006)
- *Bendito eixo no bendito caos: em busca de um critério para o caos-de-critérios atual* (2007)
- *Uma pequena cosmologia físico-poética política e amorosa* (2008)
- *Liberdade Socialmente Sustentável: uma introdução à Filosofia do Convívio e a algumas de suas aplicações* (2009)
- *Pluralismo, chave do convívio, viabilizador da paz* (2009)
- *As três ordens da liberdade* (2011)
- *Por uma fundamentação antropofilosófica para o fortalecimento do combate sociopedagógico à homofobia e outras formas de opressão* (2012)